

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE CIÊNCIAS**

ROSENILDA SLOBOJA

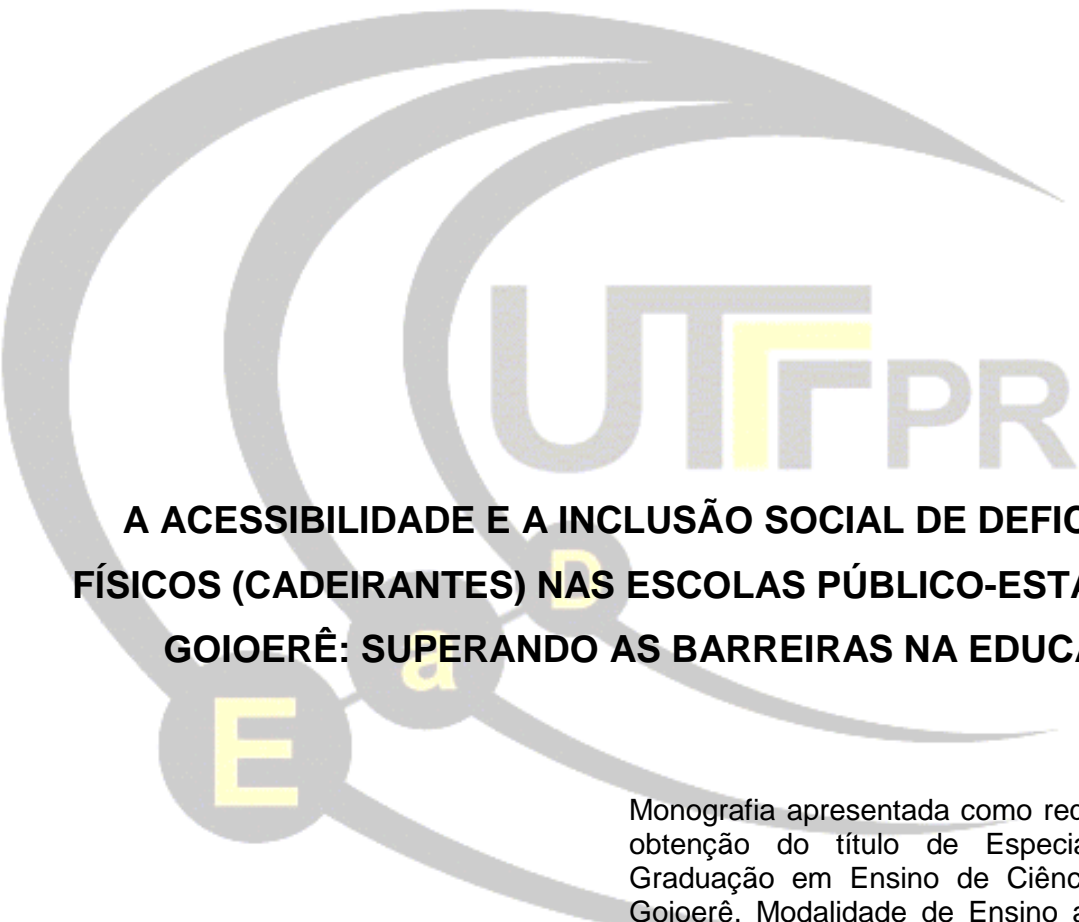
**A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL DE DEFICIENTES
FÍSICOS (CADEIRANTES) NAS ESCOLAS PÚBLICO-ESTADUAIS DE
GOIOERÊ: SUPERANDO AS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

MEDIANEIRA

2014

ROSENILDA SLOBOJA



**A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL DE DEFICIENTES
FÍSICOS (CADEIRANTES) NAS ESCOLAS PÚBLICO-ESTADUAIS DE
GOIOERÊ: SUPERANDO AS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Ensino de Ciências – Pólo de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – Câmpus Medianeira.

Orientador(a): Prof. Dr Fernando Periotto

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

MEDIANEIRA

2014



TERMO DE APROVAÇÃO

A ACESSIBILIDADE E A INCLUSÃO SOCIAL DE DEFICIENTES FÍSICOS (CADEIRANTES) NAS ESCOLAS PÚBLICO-ESTADUAIS DE GOIOERÊ, PARANÁ: SUPERANDO AS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO

Por

Rosenilda Sloboja

Esta monografia foi apresentada às 10h30min do dia 15 de março de 2014 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Ensino de Ciências – Pólo de Goioerê, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Medianeira. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Fernando Periotto
UTFPR – Câmpus Medianeira
(orientador)

Prof^a. Dr. Elizandra Sehn
UTFPR – Câmpus Medianeira

Prof^a. Dr. Silvana Ligia Vincenzi Bortolotti
UTFPR – Câmpus Medianeira

- O Termo de Aprovação assinado encontra-se na Coordenação do Curso.

Dedico primeiramente a Deus, depois a meus pais,
A minha família como um todo e amigos Por toda dedicação e paciência e pela
confiança a mim depositada

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo presente que recebido que é a vida, pela fé e a força para vencer os obstáculos.

Aos meus pais e amigos pela orientação, dedicação e incentivo nessa fase e durante toda minha vida.

Ao meu dedicado orientador Professor Dr. Fernando Periotto, que me guiou durante esta nova jornada, agradeço pela sua disponibilidade, interesse e receptividade.

Aos pesquisadores e professores do curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, professores da UTFPR, Câmpus Medianeira, e aos tutores presenciais e a distância que nos auxiliaram no decorrer da pós-graduação.

E enfim, a todos que contribuíram de forma direta ou indireta para realização desta monografia.

Se Deus colocou na sua vida alguns obstáculos é que ele acredita na tua
capacidade de passar por cada um !!!

RESUMO

SLOBOJA, Rosenilda. **A Acessibilidade e a inclusão social de deficientes físicos (cadeirantes) nas escolas público-estaduais de Goioerê, Paraná: Superando as barreiras na educação.** 2014. 42 folhas. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

De acordo com os dados do Censo 2010, cerca de 45 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência no Brasil. Infelizmente independente do grau de dificuldade que esse indivíduo enfrente para se adaptar as condições normais de sobrevivência em sociedade, na maioria das vezes, as possibilidades físico-sociais oferecidas ainda são incipientes e precárias e quando o foco são especificamente os cadeirantes, as barreiras arquitetônicas e sociais também existem e estão presentes em grande parte dos edifícios urbanos e nas conformações estruturais das instituições de ensino. O resultado observado são cadeirantes excluídos ou recebendo tratamento inadequado. A presente pesquisa teve por objetivo verificar como as escolas públicas estaduais do município de Goioerê, Paraná se adequam a essa realidade, identificando-se como são realizadas as adaptações relacionadas à acessibilidade e à inclusão social dos alunos cadeirantes e se esses estabelecimentos de ensino se enquadram com o que estabelecem as normas da ABNT e a NBR 9050/2004. Os resultados foram obtidos por meio de um questionário e com a análise dos dados foi possível verificar que a maioria dos estabelecimentos escolares entrevistados, não possuem estruturas e acessos adaptados, conforme determinam as normas supracitadas.

Palavras-chave: Mobilidade inclusiva. Barreiras arquitetônicas. Escola. NBR 9050/2004.

ABSTRACT

SLOBOJA, Rosenilda. Accessibility and social inclusion of disabled people in public schools of Goioerê, Paraná: Overcoming barriers in education. 2014. 42 pages. Monografia (Especialização em Ensino de Ciências). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014.

According to 2010 Census data, about 45 million people report having some type of disability in Brazil. Regardless of the degree of difficulty that individual face to fit the normal survival in society, in most cases, the physical and social possibilities are still incipient and precarious when the focus is on wheelchair users, ie, the architectural barriers and social are present in most municipal buildings and structural conformations of educational institutions. The observed results are excluded wheelchair or receiving inappropriate treatment. The present study aimed to verify how the state's public schools from Goioerê, Paraná fit this reality, identifying himself as the adjustments are made related to accessibility and social inclusion of special students and these schools fall to the terms of the ABNT NBR and 9050/2004. The results were obtained through a questionnaire and by analyzing the data we found that most respondents schools, haven't adapted structures and access, as determined by the above standards.

Keywords: Inclusive Mobility. Architectural barriers. School. NBR 9050/2004.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Dimensões da Cadeira de Rodas Manual ou Motorizada	18
Figura 2 – Dimensões do Módulo de Referência.....	18
Figura 3 – Inclinação Transversal e Largura das Rampas.....	21
Figura 4 – Reformas – Área de Manobra Externa	23

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Dimensionamento de Rampas.....	20
Tabela 2 – Dimensionamento de Rampas para Situações Excepcionais.....	20

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
2.1 O QUE VEM A SER DEFICIÊNCIA?	12
2.2 ACESSIBILIDADE: UM DIREITO GARANTIDO A TODO CIDADÃO.....	13
2.3 O PROCESSO INCLUSIVO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO.....	14
2.4 NORMAS E CRITÉRIOS DE ACESSO AO DEFICIENTE FÍSICO	15
2.4.1 O que determina a NBR 9050?.....	16
2.4.2 Módulo de Referência.....	17
2.4.3 Salas de Aula.....	17
2.4.4 Circulação	17
2.4.4.1 Entradas e Saídas.....	18
2.4.4.2 Corredores.....	18
2.4.5 Rampas	19
2.4.6 Bibliotecas - Disposição das Estantes e Corredores	20
2.4.7 Balcões de Atendimento	21
2.4.8 Sanitários	21
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	23
3.1 LOCAL DA PESQUISA	23
3.2 TIPO DE PESQUISA.....	23
3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	23
3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	24
3.5 ANÁLISE DOS DADOS.....	24
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	36
REFERÊNCIAS	38
APÊNDICE(S)	40

1 INTRODUÇÃO

A inclusão social e a acessibilidade de pessoas com deficiência no Brasil ainda é um assunto polêmico, o seu conceito está diretamente ligado aos recursos oferecidos a estes indivíduos e, como tal inserção é feita dentro da comunidade. Nos dias atuais, algumas iniciativas governamentais contemplam os direitos dessas pessoas, porém, mesmo contando com pequenos avanços legais é sabido que ainda são enormes os desafios e que são precárias e incipientes as soluções perante tamanha demanda.

Trabalhar tais questões dentro de estabelecimentos educacionais, então, é algo ainda mais difícil, pois nem sempre essas instituições são adaptadas e amparadas a prestar um serviço de qualidade, seja no que tange a adequação do ambiente físico ou na qualificação dos profissionais da educação. Quando se pensa na palavra acessibilidade, surgem ideias, apenas, das convencionais rampas de acesso, ou das vagas de estacionamento garantidas e, quando o seu foco é o ambiente escolar, as diretrizes não mudam muito e, muitas vezes não se nota que o deficiente físico necessita de uma estrutura bem mais ampla, ou seja, de apoio psicológico, social, além de respeito e de igualdade perante os outros indivíduos.

A escola é, sem dúvida, um ambiente de socialização, e permitir que os deficientes físicos compartilhem conhecimento não apenas por meio dos livros, mas também por meio do contato social com todos é extremamente importante, não apenas para eles, mas para o todo, já que as trocas de experiências tendem a ser recíprocas. É preciso compreender que o direito de manter uma vida social e educacional com a mesma qualidade e vivacidade é direito de qualquer ser humano, sendo assim, a busca por alternativas que minimizem essas dificuldades é dever do Estado assim como de todo cidadão.

É exatamente nessa linha de pensamento que se objetivou essa pesquisa, tendo instrumento de análise o levantamento por meio de questionário sobre como as instituições de ensino público estaduais, situadas no município de Goioerê estão se adequando em relação à acessibilidade de alunos cadeirantes. Para tanto, foram observadas as estruturas físicas e de pessoal existentes, buscando identificar se estes estabelecimentos estão em consonância com o que determina a Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, que estabelece as principais normas para a acessibilidade de deficientes no país.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 O QUE VEM A SER DEFICIÊNCIA?

Determinar um conceito específico e único sobre o que vem a ser deficiência é algo muito abstruso, uma vez que cada indivíduo possui o seu entendimento particular sobre o termo e o que pode representar uma inabilidade para uma pessoa, não exatamente será para outra. De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS) deficiência pode ser considerada a incapacidade física ou mental de um indivíduo, e a limitação em realizar certas atividades também é incluída nessa perspectiva. Conceituar o termo Deficiência, portanto, é algo extremamente complexo, e essa complexidade leva a sociedade a tomar suas próprias conclusões levando em consideração a comparação humana entre uma pessoa com necessidades especiais de outra sem limitações.

Segundo o art. 3º do Decreto nº. 3298/99 a pessoa portadora de deficiência é:

“Aquele que apresenta em caráter permanente perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gerem incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano”.

De acordo com a OMS Deficiência é definida como:

“Limitações significativas ao nível da atividade e da participação em um ou vários domínios de vida, decorrentes de alterações funcionais e estruturais de caráter permanente, resultando em dificuldades continuadas ao nível da comunicação, aprendizagem, mobilidade, autonomia, relacionamento interpessoal e participação social [...]”.

Para a referida pesquisa foi adotada a definição sugerida pelo Decreto Federal nº. 3956 de 2001, uma vez que a mesma sintetiza e conceitua a deficiência de maneira abrangente, o decreto sugere que a deficiência vem a ser:

“Perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica temporária ou permanente, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. Incluem-se nessas a ocorrência de uma anomalia, defeito ou perda de um membro, órgão, tecido ou qualquer outra estrutura do corpo, inclusive das funções mentais. Representa a exteriorização de um estado patológico, refletindo um distúrbio orgânico ou uma perturbação no órgão”.

Além da definição também é importante determinar quais os tipos de anormalidades são classificadas como deficiência pela OMS, são elas: Deficiência auditiva, física, mental, motora, visual e múltipla.

2.2 ACESSIBILIDADE: UM DIREITO GARANTIDO A TODO CIDADÃO

De acordo com os dados do censo de 2010 (IBGE, 2010) cerca de 45,6 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência no país, mesmo com números tão expressivos ainda existe uma carência de informação sobre esses indivíduos, ou seja, muito pouco se sabe sobre as questões relacionadas a estas pessoas, quais suas principais dificuldades, o que elas pensam e sentem em relação à sociedade, o que fazer para minimizar tais problemas e essa escassez de dados dificulta ainda mais o processo de inclusão social e de acessibilidade, pois o que parece ser imperceptível aos olhos de uma pessoa sem deficiência pode se tornar um grande obstáculo a aqueles que a possui.

A Lei da Acessibilidade foi criada para garantir direitos igualitários assim como possibilitar que as pessoas com necessidades especiais, mantenham uma qualidade de vida adequada, possibilitando a eles acesso a todos os espaços. A Lei determina regras básicas para que o deficiente tenha condições físicas de conviver e usufruir a vida como qualquer outro indivíduo da sociedade.

Esta lei determina, por exemplo, quais são as normas básicas e gerais para a promoção da acessibilidade de pessoas com necessidades especiais, como a eliminação de obstáculos em determinadas áreas, a necessidade de adequação de espaços urbanos como portas de locais públicos, rampas de acesso, sinalização visual, ela também impõe os critérios para a adaptação de meios de comunicação e de transporte, assim como determina as regras de construção e reforma. Nesta vertente deve-se considerar que todas as modificações dos espaços físicos urbanos de um município devem respeitar a lei N° 10.098/2000, no entanto é sabido que na prática não é sempre isso que acontece.

No que diz respeito aos ambientes escolares a lei também é válida e mais do que um ambiente de aprendizado a mesma deve oferecer ao aluno deficiente ou não condições de convivência plena em sociedade. De acordo com a lei da acessibilidade, oferecer mobilidade aos portadores de necessidade especiais dentro da escola é garantir acesso igualitário e humanizado.

No que se refere especificamente a acessibilidade na escola, existe no artigo 24 do decreto 5296/2004, especificações direcionadas a esse tipo de instituição, nele fica claro que os estabelecimentos educacionais devem proporcionar condições

básicas de acesso, onde os alunos deficientes possam utilizar o mesmo espaço que os demais, sem com isso ser prejudicado ou excluído, o artigo cita, por exemplo, a adequação correta de salas de aulas, auditórios, sanitários, quadras etc.

Atualmente para que um estabelecimento de ensino consiga autorização de funcionamento, é obrigatório o cumprimento de todas essas regras, no entanto muitas instituições que já estão em funcionamento há vários anos simplesmente burlam essas normas, ou fingem desconhecer o que assegura a lei.

2.3 O PROCESSO INCLUSIVO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Para discorrer sobre inclusão dentro das escolas é necessário analisar primeiramente qual o verdadeiro sentido da palavra educação, e mais que isso é preciso entender o que nosso sistema educacional propõe, já que as fundamentações são geralmente padronizadas não levando em consideração as individualidades tanto dos alunos quando dos demais membros da comunidade escolar.

Mas levando essas informações em consideração, o que vem a ser então uma sociedade inclusiva? Para Ferreira (2010), é aquela que se fundamenta numa filosofia onde a diversidade do ser humano é valorizada, é aquela que garante acesso e participação igualitária a todas as pessoas, independente de quais são suas características pessoais.

De acordo com Inácio (2013), quando nos referimos à inclusão de deficientes físicos nas escolas o tema torna-se ainda mais complexo, uma vez que ele trás consigo outras vertentes como a acessibilidade, a qualidade do ensino a ser oferecido, as condições de socialização etc., incluir uma pessoa portadora de necessidades especiais não é algo tão fácil como se parece, pois para incluir alguém em determinado espaço, é preciso primeiro oferecer condições para que essa situação se torne confortável e prazerosa. Segundo ela, para que o processo de inserção seja positivo é preciso levar em conta que o ambiente deve atender todas as necessidades básicas deste aluno, ou seja, a eliminação de barreiras, o acesso livre a todos os lugares, assim como apoio social e educacional de qualidade.

Aceitar a diversidade humana, assim como entender que cada pessoa pode, independente das suas condições físicas, contribuir é sem dúvida o primeiro passo para que o processo inclusivo aconteça em plenitude. É preciso compreender e

deixar sempre claro que o sucesso da inclusão, seja na escola ou na sociedade, depende basicamente da mudança de pensamento dos indivíduos, para Strieder (2010), o princípio fundamental da educação inclusiva é exatamente esse, valorizar as diferenças e abandonar o conceito de que para ser importante e fazer a diferença no mundo é preciso enquadrar-se nos padrões da normalidade ditados pela sociedade.

De acordo com Ferreira (2005) a educação inclusiva:

“Não diz respeito somente às crianças com deficiências, cuja maioria no Brasil ainda permanece fora das escolas, porque nós nem tentamos aceitá-las, mas diz respeito a todas as crianças que enfrentam barreiras: barreiras de acesso à escolarização ou de acesso ao currículo, que levam ao fracasso escolar e à exclusão social (2005 p. 41 *apud* STRIEDER, 2010).“

Nesta perspectiva, é possível concluir que a educação inclusiva deve priorizar o aluno e os recursos necessários a um desenvolvimento educacional satisfatório e não a deficiência em si. É preciso desenvolver alternativas sejam elas arquitetônicas humanas ou até mesmo didáticas, que estabeleçam e garantam uma participação efetiva e democrática dos alunos independentes, sendo deficientes ou não.

2.4 NORMAS E CRITÉRIOS DE ACESSO AO DEFICIENTE FÍSICO

Infelizmente há um distanciamento acentuado, no Brasil, para que a mobilidade e a acessibilidade sejam efetivamente executadas, apesar disso, muita coisa já foi feita em prol dos portadores de necessidades especiais exemplo disso é a formalização das leis que regem as normas e os critérios de acessibilidade ao deficiente físico como as Normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), a lei da acessibilidade (Lei N° 10.098/2000), os parâmetros da Norma Brasileira NBR-9050 entre outras.

Pequenas mudanças (principalmente arquitetônicas) podem ser de grande eficácia nesse processo exemplos como: demarcação de degraus, construção de rampas de acesso para deficientes físicos (cadeirantes), portas mais amplas e corredores largos são detalhes que podem passar despercebidos aos olhos das pessoas normais, mas que fazem toda a diferença para quem necessita de cuidados especiais.

Dentro das instituições de ensino é possível observar que as adaptações estão sendo realizadas conforme as necessidades e as demandas de alunos

inclusos, geralmente, acontecendo a partir das pequenas reformas e da obrigação por motivos de vistorias, seja por órgãos municipal ou estadual. O que incide muitas vezes e que prejudica este processo é que pequenas obras são realizadas sem adequações conforme exige a licença necessária ou muitas vezes se restringem a colocação de rampas, barras e adequações nos sanitários.

Como a referente pesquisa trata da acessibilidade e da inclusão social dentro de instituições de ensino, foram registradas apenas as normas e regras que contemplam esses estabelecimentos e exclusivamente aos cadeirantes, usando como parâmetro a Norma Brasileira NBR 9050 e as normas da ABNT. É interessante ressaltar neste momento que apesar desta pesquisa se restringir apenas aos ambientes escolares e a este tipo de deficiência essas adaptações se fazem necessárias em qualquer ambiente e não deve ser aplicado apenas nas escolas, mas em todos os ambientes e mobiliários urbanos existentes, pois, com um espaço seguro, é possível promover um convívio social adequado independente do grau de deficiência do indivíduo.

2.4.1 O que determina a NBR 9050?

A NBR 9050 é uma normativa feita no ano de 2004 e que faz parte da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) foi elaboradas no Comitê Brasileiro de Acessibilidade e tem por objetivo estabelecer critérios e parâmetros técnicos a serem observados quando do projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade.

Como parâmetro de referência, Figura 1, será utilizado os estabelecidos na NBR 9050.

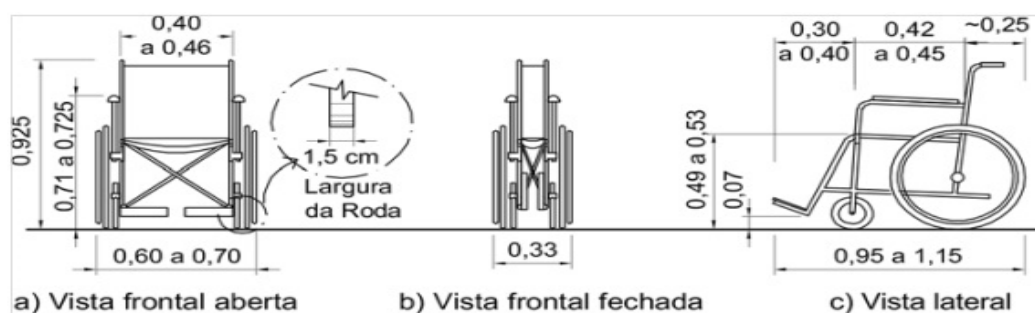


Figura 1. Dimensões da Cadeira de Rodas Manual ou Motorizada
Fonte: ABNT NBR 9050/2004

2.4.2 Módulo de Referência:

As dimensões utilizadas no módulo de referência é a projeção de 0,80 m por 1,20 m no piso, ocupada por uma pessoa utilizando cadeira de rodas, conforme mostra a Figura 2.

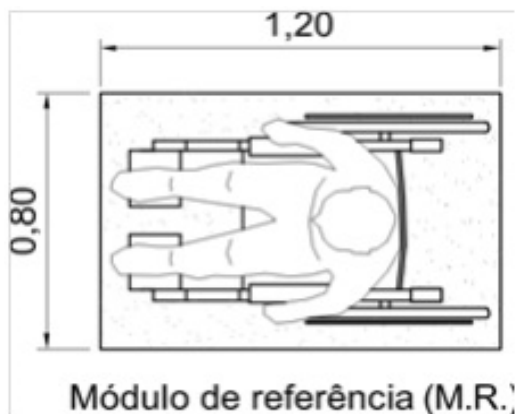


Figura 2. Dimensões do Módulo de Referência
Fonte: ABNT NBR 9050/2004

2.4.3 Salas de Aula

De acordo com a NBR 9050/2004 todos os elementos do mobiliário interno devem ser acessíveis, garantindo-se as áreas de aproximação e manobra e as faixas de alcance manual, visual e auditivo. As lousas devem ser acessíveis e instaladas a uma altura inferior máxima de 0,90 m do piso. Deve ser garantida a área de aproximação lateral e manobra da cadeira de rodas. Nas salas de aula, quando houver mesas individuais para alunos, pelo menos 1% do total de mesas, com no mínimo uma para cada duas salas de aula, deve ser acessível aos cadeirantes. Quando forem utilizadas cadeiras do tipo universitário (com prancheta acoplada), devem ser disponibilizadas mesas acessíveis a estes deficientes na proporção de pelo menos 1% do total de cadeiras, com no mínimo uma para cada duas salas.

2.4.4 Circulação

Segundo a ABNT NBR 9050 os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê). Admite-se

inclinação transversal da superfície até 2% para pisos internos e 3% para pisos externos e inclinação longitudinal máxima de 5%. Inclinações superiores a 5% são consideradas rampas e, portanto, devem atender às informações oferecidas pela norma da ABNT NBR 9050.

Já os desníveis de qualquer natureza devem ser evitados em rotas acessíveis. Eventuais desníveis no piso de até 5 mm não demandam tratamento especial. Desníveis superiores a 5 mm até 15 mm devem ser tratados em forma de rampa, com inclinação máxima de 1:2 (50%). Desníveis superiores a 15 mm devem ser considerados como degraus e ser sinalizados

2.4.4.1 Entradas e Saídas

Para que o fluxo de pessoas transcorra normalmente os ambientes devem estar livres de obstáculos e assim atenderem às características referentes ao piso e apresentar dimensões mínimas de largura na circulação (áreas de rotação e de aproximação). Para a passagem de somente uma cadeira de rodas a norma estabelece 0,80m de largura mínima, todavia, pode-se adotar 0,90 m de largura em percursos de pequenas distâncias. A largura para o deslocamento em linha reta de duas pessoas em cadeiras de rodas está referenciada na norma com dimensão entre 1,50 m a 1,80 m (ABNT/NBR9050).

2.4.4.2 Corredores

Os corredores devem ser dimensionados de acordo com o fluxo de pessoas, assegurando uma faixa livre de barreiras ou obstáculos. As larguras mínimas para corredores em edificações e equipamentos urbanos são:

- a) 0,90 m para corredores de uso comum com extensão até 4,00 m;
- b) 1,20 m para corredores de uso comum com extensão até 10,00 m; e 1,50 m para corredores com extensão superior a 10,00 m;
- c) 1,50 m para corredores de uso público;
- d) maior que 1,50 m para grandes fluxos de pessoas.

2.4.5 Rampas

A ABNT NBR 9050/2004 estabelece que as rampas devem ter inclinação de acordo com os limites estabelecidos a seguir:

1. Para inclinação entre 6,25% e 8,33% devem ser previstas áreas de descanso nos patamares, a cada 50 m de percurso.

Tabela 1. Dimensionamento de rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
5,00 (1:20)	1,50	Sem limite
5,00 (1:20) < i ≤ 6,25 (1:16)	1,00	Sem limite
6,25 (1:16) < i ≤ 8,33 (1:12)	0,80	15

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT NBR 9050/2004

Em reformas, quando esgotadas as possibilidades de soluções que atendam integralmente a tabela 1, podem ser utilizadas inclinações superiores a 8,33% (1:12) até 12,5% (1:8), conforme tabela 02.

Tabela 2. Dimensionamento de rampas para situações excepcionais

Inclinação admissível em cada segmento de rampa i %	Desníveis máximos de cada segmento de rampa h m	Número máximo de segmentos de rampa
8,33 (1:12) ≤ i < 10,00 (1:10)	0,20	4
10,00 (1:10) ≤ i ≤ 12,5 (1:8)	0,075	1

Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT NBR 9050/2004
Dimensionamento de Rampas, conforme NBR 9050/2004

A inclinação transversal não pode exceder 2% em rampas internas e 3% em rampas externas. A projeção dos corrimãos pode incidir dentro da largura mínima admissível da rampa em até 10 cm de cada lado. A largura das rampas deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas. A largura livre mínima recomendável para as rampas em rotas acessíveis é de 1,50 m, sendo o mínimo admissível 1,20 m, todavia, preferencialmente, a largura deve ser estabelecida de acordo com o fluxo de pessoas estimado. Quando não houver paredes laterais as rampas devem incorporar guias de balizamento com altura mínima de 0,05 m, instaladas ou construídas nos limites da largura da rampa e na projeção dos guarda-corpos.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT NBR 9050/2004
Figura 3. Inclinação transversal e largura de rampas

2.4.6 Bibliotecas – Disposição das Estantes e Corredores

Nas bibliotecas, os locais de pesquisa, fichários, salas para estudo e leitura, terminais de consulta, balcões de atendimento e áreas de convivência devem ser acessíveis. Pelo menos 5%, devem ser acessíveis. Recomenda-se, além disso, que pelo menos outros 10% sejam adaptáveis para acessibilidade. A distância entre estantes de livros deve ser de no mínimo 0,90 m de largura. Nos corredores entre as estantes, a cada 15 m, deve haver um espaço que permita a manobra da cadeira de rodas. A NBR9050 recomenda a rotação de 180°.

2.4.7 Balcões de Atendimento

A legislação determina a obrigatoriedade da existência de caixas especiais ou atendimento preferencial às pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, idosa, gestante nos estabelecimentos em geral. De acordo com a NBR 9050, o balcão acessível deve garantir: Uma parte da superfície do balcão deve ter altura de no máximo 0,90 m do piso, com extensão de no mínimo 0,90m. Deve ser garantido um módulo de referência posicionado para a aproximação frontal ao balcão. Quando for prevista a aproximação frontal, o balcão deve possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso e profundidade livre inferior de no mínimo 0,30 m. Deve ser garantido um módulo de referência, posicionado para a aproximação frontal ao balcão, podendo avançar sob o balcão até no máximo 0,30 m.

2.4.8 Sanitários

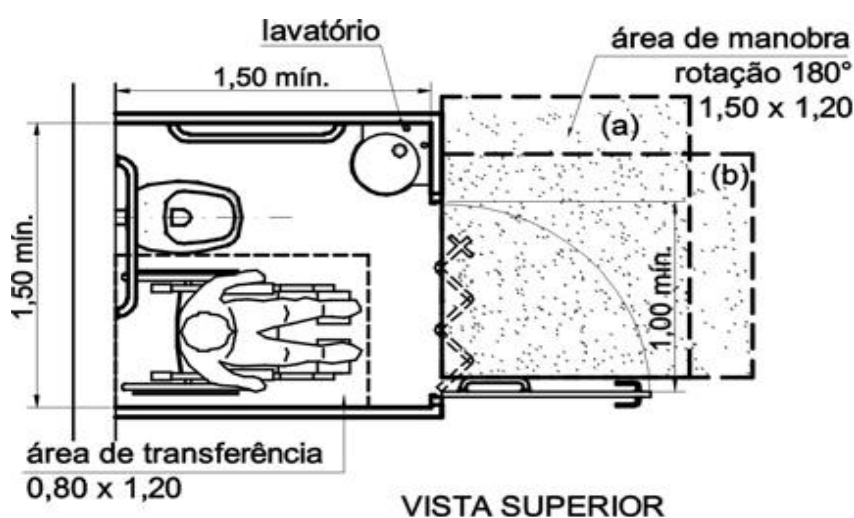
De acordo com as normas da NBR 9050 os sanitários e vestiários acessíveis devem localizar-se em rotas acessíveis à circulação principal, preferencialmente, próximos ou integrados às demais instalações sanitárias, e devem estar devidamente sinalizados. Os sanitários e vestiários escolares devem ter no mínimo 5% do total de cada peça instalada acessível, respeitada no mínimo uma de cada. Recomenda-se divisão por sexo, desta maneira, as peças devem ser consideradas separadamente para efeito de cálculo. Todas as barras de apoio utilizadas em sanitários e vestiários escolares devem suportar a resistência a um esforço mínimo de 1,5 KN em qualquer sentido, ter diâmetro entre 3 cm e 4,5 cm, e estar firmemente fixadas em paredes ou divisórias a uma distância mínima destas de 4 cm da face interna da barra. Suas extremidades devem estar fixadas ou justapostas nas paredes ou ter desenvolvimento contínuo até o ponto de fixação com formato recurvado. Quando necessários, os suportes intermediários de fixação devem estar sob a área de empunhadura, garantindo a continuidade de deslocamento das mãos. O comprimento e a altura de fixação são determinados em função de sua utilização.

A localização das barras de apoio deve atender às seguintes condições:

a) junto à bacia sanitária, na lateral e no fundo, devem ser colocadas barras horizontais para apoio e transferência, com comprimento mínimo de 0,80 m, a 0,75 m de altura do piso acabado (medidos pelos eixos de fixação). A distância entre o

eixo da bacia e a face da barra lateral ao vaso deve ser de 0,40 m, estando esta posicionada a uma distância mínima de 0,50 m da borda frontal da bacia. A barra da parede do fundo deve estar a uma distância máxima de 0,11 m da sua face externa à parede e estender-se no mínimo 0,30 m além do eixo da bacia, em direção à parede lateral, conforme a ABNT NBR 9050/2004.

As bacias sanitárias devem estar a uma altura entre 0,43 m e 0,45 m do piso acabado, medidas a partir da borda superior, sem o assento. Com o assento, esta altura deve ser de no máximo 0,46 m. O acionamento da descarga deve estar a uma altura de 1,00 m, do seu eixo ao piso acabado, e ser preferencialmente do tipo alavanca ou com mecanismos automáticos. Os boxes escolares para bacia sanitária devem garantir as áreas para transferência diagonal, lateral e perpendicular, bem como área de manobra para rotação de 180°. Em caso de reformas, quando for impraticável a instalação de boxes com as dimensões que atendam às condições acima especificadas, são admissíveis boxes com dimensões mínimas, de forma que atendam pelo menos uma forma de transferência, ou se considere área de manobra externamente ao box. Deve ser instalado um lavatório dentro do box, em local que não interfira na área de transferência. Quando a porta instalada for do tipo de eixo vertical, ela deve abrir para o lado externo do box. Recomenda-se a instalação de ducha higiênica ao lado da bacia, dotada de registro de pressão para regulagem da vazão conforme indicado na Figura 4.



Fonte: Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT NBR 9050/2004
Figura 4. Reformas – Área de manobra externa

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para desenvolver esta pesquisa, num primeiro momento foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema acessibilidade e inclusão social, assim como se o município de Goioerê, possuía alguma legislação própria sobre o tema. A partir daí foi determinado às instituições de ensino e como seria realizada a coleta de dados. Após este estudo ficaram determinados quais pontos seriam observados. Após esta coleta de dados foi feita uma comparação das condições oferecidas ao cadeirante nas instituições de ensino públicas/ estaduais do município com o que rege a NBR 9050/2004, a fim de descobrir se estes estabelecimentos estão em consonância com o que rege a lei.

3.1 LOCAL DA PESQUISA

Nessa pesquisa, oito escolas públicas estaduais do município de Goioerê, Paraná, foram analisadas por meio da coleta de dados realizada mediante aplicação de questionário que se referiu à estrutura física, presença de mobiliário adequado e adaptações além da questão da inclusão social dos alunos cadeirantes.

3.2 TIPO DE PESQUISA

A presente pesquisa foi do tipo qualitativa, ou seja, o ambiente escolar foi a fonte direta de coleta dos dados, permitindo a análise dos dados recebidos. Os mesmos foram descritos pelo método indutivo, já que não houve nenhuma comparação anterior ao início do referente trabalho.

3.3 POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foram analisados através de questionário todos os estabelecimentos de ensino público-estaduais do município de Goioerê, Paraná, oito no total, de modo que o questionário foi respondido pela pessoa responsável pela instituição de ensino público/estaduais do município de Goioerê, a aplicação do questionário foi realizada durante o mês de dezembro de 2013

3.4 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Os instrumentos de coletas de dados utilizados se deram através da elaboração de um questionário que está disponível nos apêndices desta pesquisa de alternativas com as respostas (sim), (não) e parcialmente. Foi utilizada como norma a NBR 9050/2004 e a ABNT.

3.5 ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados foi realizada por meio da estatística descritiva e o questionário levou em consideração as normas estabelecidas na NBR 9050 e ABNT, em comparação com as áreas adaptadas à cadeirantes das escolas públicas estaduais do município. Neste questionário também foi abordada o tema da inclusão social, sendo levados em consideração dois fatores, a acessibilidade e a inclusão social. Desse modo foi possível analisar o cumprimento ou não pelas escolas no que determina as leis brasileiras quanto às normas constituídas supracitadas e ao direito de igualdade perante os estudantes.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir, tabela de gráficos e discussões, onde serão demonstrados os resultados obtidos. O Gráfico 1 apresenta se a escola ou colégio já recebeu ou recebe alunos cadeirantes.

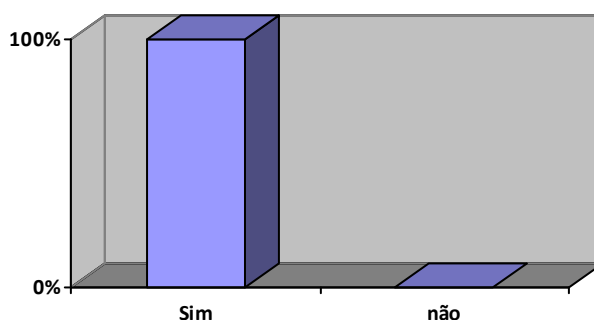


Gráfico 1. A Escola/Colégio já recebeu ou recebe algum aluno portador de necessidades especiais (cadeirantes)?

Pode-se observar a partir do Gráfico 01 que 100% das escolas público/estaduais do município de Goioerê, recebem ou já receberam alunos cadeirantes, esse alto índice de acolhimento demonstra o quanto se faz necessário capacitar os profissionais da educação assim como realizar as adaptações arquitetônicas adequadamente, essas pequenas modificações físicas e sociais podem minimizar grandemente as principais dificuldades enfrentadas por desses alunos.

O Gráfico 02 apresenta as dificuldades enfrentadas pelas escolas/colégios em receber um aluno cadeirante

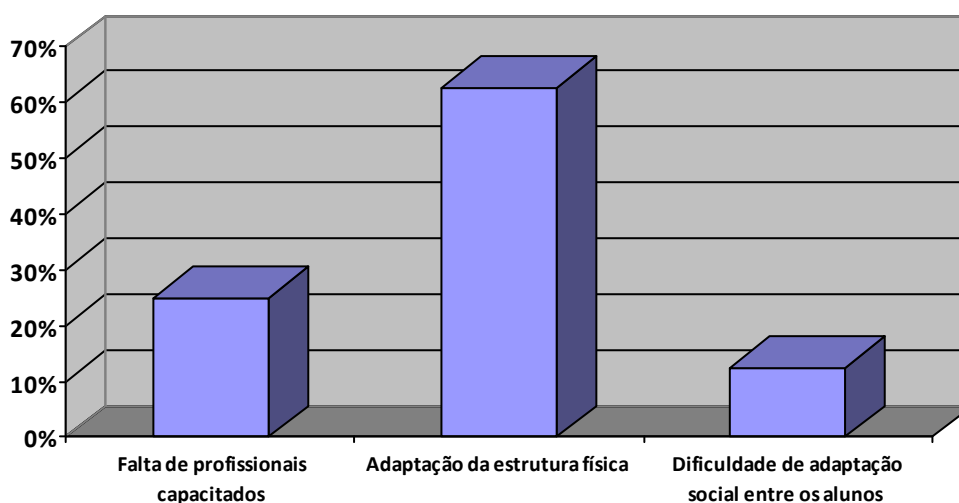


Gráfico 2. Na sua opinião qual a principal dificuldade enfrentada pela escola ao receber um aluno portador de deficiência física?

Observa-se no Gráfico 2, que a maior dificuldade enfrentada pelas escolas público/estaduais do município de Goioerê, é a adaptação da estrutura física das instituições, seguido da falta de profissionais capacitados a trabalharem com alunos portadores de necessidades especiais, a dificuldade de socialização entre os alunos só foi assinalada por uma escola, demonstrando que os problemas arquitetônicos e de pessoal são barreiras muito maiores que as sociais. De acordo com a lei Nº 8069 o atendimento educacional especializado e de qualidade deve ser garantido a todos portadores de necessidades especiais, já a lei 10.098/2000 e seus decretos estabelece garantia de formação especializada dos professores que possuem alunos inclusos, assim como determina que todo aluno incluso possui, por direito, acesso a todos os lugares que favoreçam ao seu desenvolvimento físico e social, apesar desse direitos estabelecidos na prática é possível perceber que eles são minimamente efetivados.

O gráfico 03 mostra a aptidão das escolas em receber os alunos cadeirantes

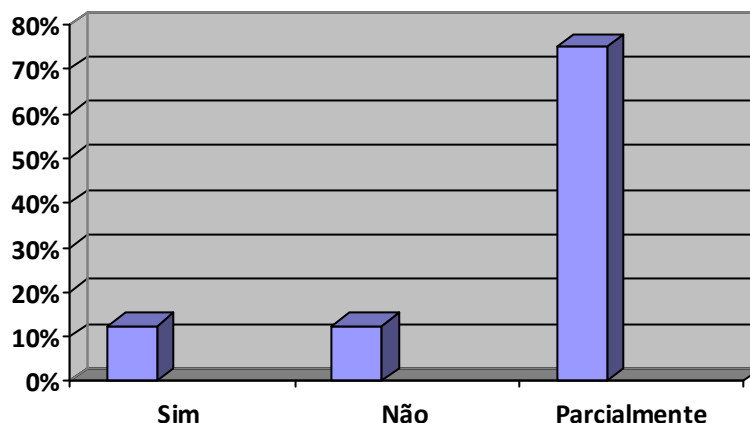


Gráfico 3. Arquitetonicamente, a Escola/Colégio está apta a receber esses alunos oferecendo-os as mesmas condições de atendimento dos demais estudantes?

Nota-se no Gráfico 3, um alto índice de respostas que indicam que as escolas/colégios estão parcialmente adaptadas (estruturas arquitetônicas) a receberem alunos cadeirantes, remete ao que foi mencionado no decorrer dessa pesquisa, ou seja, a maioria das escolas/colégios não garantem o que determina as regras da ABNT e NBR9050/2004, ou muitas vezes, se adaptam a acessibilidade conforme a necessidade, levando em consideração o pensamento da maioria da população, que acessibilidade é sinônimo de rampas nas portas e vagas de estacionamento garantidas.

O Gráfico 04 apresenta se as escolas recebem algum auxílio governamental para custear as adaptações nas escolas/colégios:

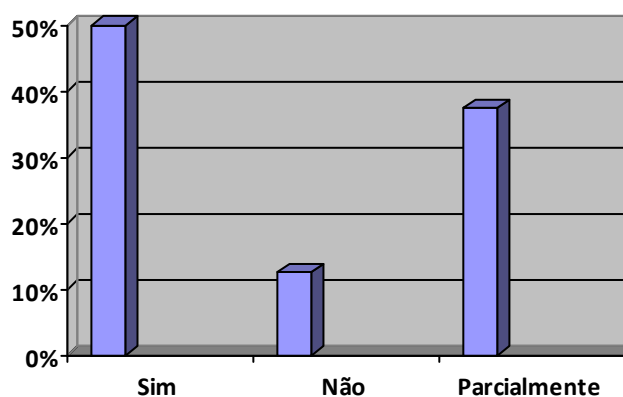


Gráfico 4. A Escola/Colégio recebe algum auxílio governamental (verba) para custear as adaptações arquitetônicas necessárias?

Como é possível perceber, 50% das escolas/colégios afirmaram receber auxílio governamental para realizarem suas adaptações arquitetônicas, 37,50%, afirmaram receber parcialmente e uma escola afirmou não receber verba para esse fim. Essa disparidade nas respostas deve-se ao fato de que algumas escolas/colégios são contempladas pelo projeto do Governo (MEC) chamado Escola Acessível, que disponibiliza dinheiro direto ao estabelecimento de ensino para que o mesmo promova condições de acessibilidade arquitetônica, recursos didáticos e pedagógicos e a comunicação e informação nas escolas públicas de ensino regular. De acordo com as regras do programa, as escolas devem realizar um cadastro anual, junto ao Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação – SIMEC, inserindo um plano de atendimento que contenha informações de como os recursos serão aplicados, a partir de então fica a critério do Ministério da Educação realizar essa seleção e celebrar o convenio com as instituições de ensino. Segundo o responsável por um dos colégios entrevistado, o projeto Escola Acessível encontra-se paralisado.

O Gráfico 05 mostra se os funcionários das escolas/colégios possui conhecimento técnico sobre as normas ABNT e NBR 9050/2004:

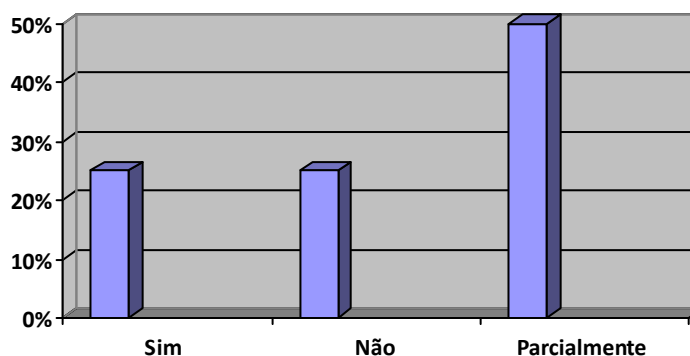


Gráfico 5. Existe algum funcionário da Escola/Colégio que possui algum conhecimento técnico sobre o que determina a ABNT ou a NBR 9050/2004?

Como mencionado anteriormente e, no decorrer desta pesquisa, as normas exigidas pela ABNT e pela NBR 9050/2004 no que diz respeito a acessibilidade e mobilidade dentro das instituições de ensino são garantidas por lei. Infelizmente é possível perceber que nem sempre elas são cumpridas, já que a NBR 9050/2004 é uma determinação “jovem” quando é levado em consideração a quanto tempo determinadas escolas estão em atividade, assim, a maioria dos estabelecimentos de ensino se adequam conforme as condições arquitetônicas já disponíveis, fazendo os chamados quebra-galhos, ou seja, pequenas reformas que muitas vezes não possuem nem mesmo a aprovação de um arquiteto ou engenheiro responsável. No gráfico 5, nota-se que 50% das escolas/colégios afirmam possuir em seu quadro de funcionários alguém que possua ao menos um conhecimento parcial do que rege as normas supracitadas, 25% afirmam possuir ao menos um funcionário que conhece as regras enquanto 25% dizem não possuir nenhuma pessoa com esse conhecimento.

O gráfico 06 mostra se as adaptações já existentes foram realizadas com base nas normas ABNT e NBR 9050/2004:

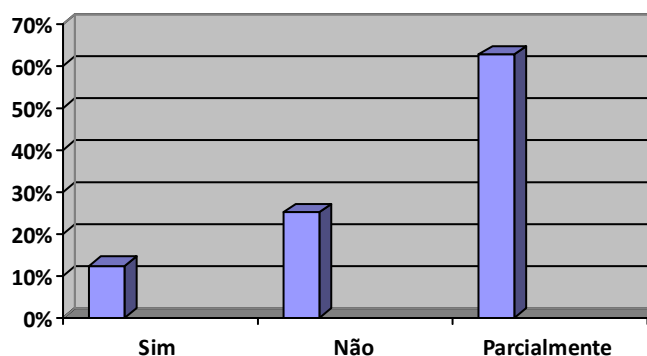


Gráfico 6. As adaptações realizadas na Escola/Colégio já existentes foram feitas de acordo com as regras da ABNT ou da NBR 9050/2004?

Segundo o que determina a lei, as pessoas portadores de qualquer tipo de deficiência física, tem o direito de se locomover com autonomia e segurança independente do lugar em que esteja sendo assim acredita-se que as escolas e colégios devem se adaptar segundo as normas que estabelecem os critérios espaciais que mais de adequam a necessidade de cada indivíduo portador de necessidades especiais, no Brasil essas regras são determinadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e pela Normativa Brasileira 9050 de 2004 (NBR).

De acordo com as respostas relacionadas à questão nº 06, é admissível afirmar que sete das oito escolas/colégios entrevistadas não fizeram ou realizaram parcialmente suas adaptações estruturais seguindo as normas acima mencionadas, ou seja, a garantia de acessibilidade e mobilidade oferecida pela lei, não está sendo cumprida em sua totalidade, e o resultado disso são alunos especiais no caso específico cadeirantes sendo acolhidos de maneira errada e recebendo um tratamento não eficiente a suas necessidades.

O Gráfico nº 07 expressa quais são os ambientes adaptados a cadeirantes nas escolas/colégios:

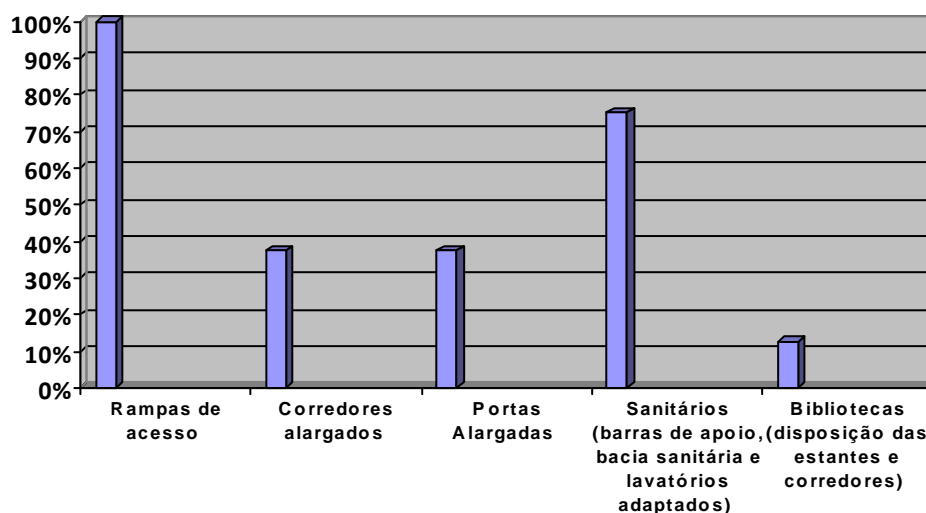


Gráfico 7. Quais ambientes são adaptados á portadores de necessidades especiais (cadeirantes) na Escola/Colégio?

O Gráfico 7 exemplifica o que foi mencionado anteriormente no que tange as adaptações mais realizadas tanto nos estabelecimentos de ensino quanto nos demais edifícios urbanos, 100% das escolas/colégios garantiram possuir rampas de acesso em suas edificações, três escolas/colégios afirmaram possuir corredores alargados e portas alargadas o que para um cadeirante pode ser um detalhe decisivo. Já no que diz respeito aos sanitários adaptados seis dos oito colégios dizem possuir ao menos um banheiro com as características supracitadas, o ambiente mais preocupante foi à biblioteca, uma vez que apenas um estabelecimento de ensino assegurou ser adaptado a cadeirantes.

O Gráfico nº 08 mostra os móveis adaptados a portadores de deficiência física nas escolas/colégios entrevistados:

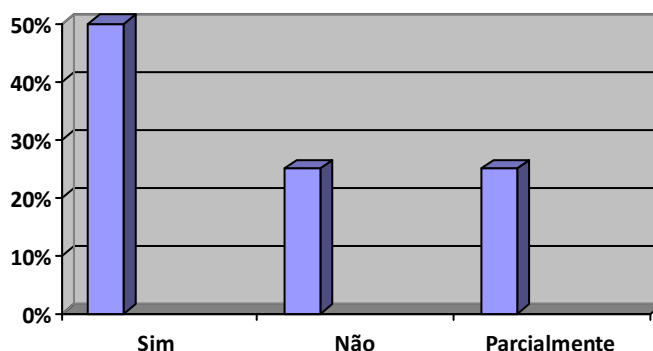


Gráfico 8. A Escola/Colégio possui móveis adaptados a portadores de deficiência física (cadeirantes)?

A Normativa brasileira 9050/2004, determina que não apenas as estruturas físicas dos ambientes devem ser adaptadas às necessidades espaciais dos deficientes físicos em geral e neste caso específico dos cadeirantes, os móveis também devem obedecer às regras dimensionais que permitam total mobilidade a essas pessoas. Ou seja, cadeiras, mesas de estudos, carteiras, estantes e balcões de atendimento devem estar de acordo às suas necessidades. O gráfico acima mostra que quatro das escolas/colégios entrevistados possuem mobiliários adaptados, enquanto 50% delas dizem não possuir ou possuir parcialmente, levando em consideração que o gráfico que corresponde à questão número um nos afirma que todos os estabelecimentos de ensino público-estaduais do município de Goioerê, recebem ou já receberam alunos cadeirantes.

Deste nodo pode-se afirmar que pelo menos metade dos alunos tiveram uma acessibilidade reduzida ou até mesmo inexistente no que diz respeito aos mobiliários.

O gráfico 09 mostra se as escolas/colégios possuem apoio psicológico a portadores de necessidades especiais

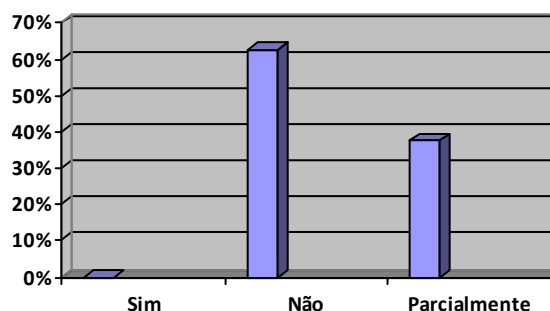


Gráfico 9. A Escola/Colégio disponibiliza equipe de apoio psicológico aos portadores de necessidades especiais?

O artigo 208 da Constituição brasileira especifica que é dever do Estado garantir "atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino", condição que também consta no artigo 54 do ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente). Atualmente a maioria dos colégios brasileiros possui algum aluno incluso independente da sua necessidade especial, esse processo de inclusão de alunos portadores de deficiência no ambiente escolar é positivo já que as trocas de experiências entre os alunos tendem a ser recíprocas, no entanto abrir os portões das instituições de ensino não é o bastante para que este aluno se adapte as novas barreiras físicas e psicológicas a serem enfrentadas. Garantir a ele um apoio psicológico é fundamental para que todo esse processo não seja traumático e desestimulante.

A questão número 09 indica um dado extremamente preocupante em relação a como os alunos cadeirantes estão adentrando os ambientes escolares convencionais, já que nenhum das oito escolas/colégios afirma possuir apoio psicológico especializado aos cadeirantes.

O gráfico 10 apresenta dados sobre o treinamento e capacitação dos professores em relação aos alunos inclusos:

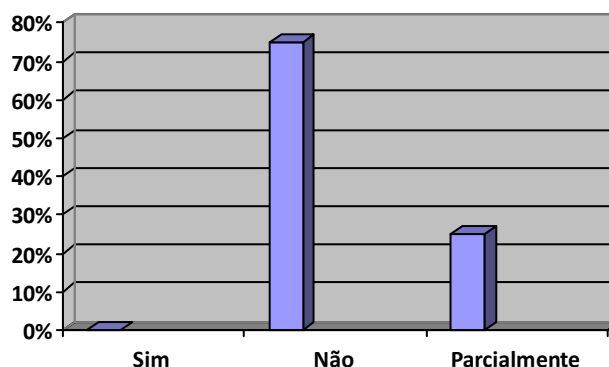


Gráfico 10. Os professores e a equipe pedagógica recebem alguma preparação ou treinamento para receber de forma inclusiva alunos com necessidades especiais em sala de aula?

Segundo Vargas (2013), muitos professores ainda reconhecem a inclusão como um desafio a ser superado diariamente, pois, educador e educando passam a vivenciar uma nova realidade educacional a partir desse processo. De acordo com ele uma das maiores reclamações feitas pelos professores com alunos inclusos é a falta de assessoramento pedagógico dentro das instituições de ensino, já que muitas dúvidas surgem durante esse processo e muitas vezes elas não possuem respostas momentâneas. A questão número dez questiona justamente isso, e o gráfico acima mostra e confirma o que Vargas (2013) concluiu, das oito escolas/colégios entrevistadas, nenhuma afirma ter treinamento oferecido pela própria instituição que trabalham enquanto apenas 25% confirmam receberem parcialmente este apoio.

Ao fim do questionário foi deixado um espaço para caso as escolas/colégios quisessem partilhar algum relato sobre o tema, três escolas se manifestaram e a transcrição exata do texto original segue abaixo:

Escola 01: Precisamos dar atenção especial a essas pessoas porque elas tem todo o direito e são mais frágeis e carentes, necessitando a todo o tempo de uma atenção especial para desenvolver seus estudos e se tornar cidadãos exemplares na sociedade.

Escola 02: Oferecer condições tanto físicas quanto psicológicas as pessoas portadoras de necessidades especiais seria uma maneira de poder dar igualdade as mesmas.

Escola 03: A escola não está totalmente preparada para receber alunos/professores com necessidades especiais, porem vem se adaptando continuamente para isso.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com os resultados obtidos nesta pesquisa, foi possível concluir que incluir uma pessoa portadora de necessidades especiais na sociedade e especificamente nas escolas regulares, não é algo tão simples como se parece. A garantia de igualdade de direitos estabelecidas em lei, nem sempre é cumprida em sua totalidade e as condições de acesso e permanência nas escolas às vezes é ineficiente.

Ao avaliar os dados coletados, foi possível perceber que as barreiras arquitetônicas existentes nas escolas/colégios público-estaduais do município de Goioerê são muito grandes, e essa falta de acessibilidade adequada impede muitos estudantes cadeirantes de usufruírem de um acesso livre a todos os ambientes da instituição, não bastasse a ineficiência da mobilidade ainda conta com a incipiência dos obstáculos sociais, pois nem sempre a sociabilidade e o convívio dentro do ambiente escolar é respeitado em sua totalidade.

De maneira geral os objetivos desta pesquisa foram alcançados, por meio da análise dos dados levantados e da comparação dos resultados com o que rege as normas da ABNT e da NBR 9050/2004. Foi possível verificar que as adaptações de ordem física e de pessoal especializado estão distantes de serem as adequadas e são minimamente efetivadas de acordo com o que determina a legislação e as normas supracitadas.

Diante dos argumentos expostos, e dos resultados da pesquisa, é possível afirmar que existe uma necessidade de mudança urgente no que tange as adaptações arquitetônicas das escolas/colégios entrevistados, pois na verdade ao realizar uma reforma a fim de implantar um ambiente acessível o que está sendo levado em consideração não são as necessidades espaciais dos alunos cadeirantes e sim, a obrigatoriedade de cumprir minimamente o que a lei determina para assim fugir das multas e aborrecimentos judiciais.

Além da estrutura física precária, ainda existe ineficiência na inclusão social desses alunos, por meio dos resultados obtidos concluiu-se que os professores possuem uma qualificação deficiente sendo que muitas vezes eles e os portadores de necessidades especiais necessitam de apoio pedagógico e até mesmo psicológico, e não os tem.

Em suma foi possível concluir que a acessibilidade e a inclusão de cadeirantes não tem eficiência nas/os escolas/colégios, porém de forma duvidosa existe, e mesmo que de maneira gradativa, algumas alternativas estão sendo buscadas e efetivadas. É preciso determinar que esse processo inclusivo não deve ser entendido como um desafio, ou um conjunto de regras e mais regras que de alguma forma tornam os deficientes físicos 'diferentes' dos demais alunos, mas como uma união de leis e decretos que buscam abrigar todos os educandos, independente das suas diferenças, garantindo assim, qualidade de vida e uma educação igualitária a todos os estudantes sejam eles cadeirantes ou não.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2004.

ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR-14724**. Informação e documentação: formatação de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/D3956.htm>

BRASIL. Decreto 3.298/99 - Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

BRASIL. Decreto 5296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis 10048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei nº 8069 de Julho de 1996.

BRASIL. Constituição Federal. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 15 de setembro de 2013.

FERREIRA, H. S – **Educação Inclusiva: Uma ideia em construção**. UFES. 2010. Disponível em: <http://www.facev.edu.br/Revista/04/EDUCACAOINCLUSIVAUMAIDEIAEMCONSTRUCAO/heloisasouza.pdf>. Acesso em 20 de outubro de 2013.

FERREIRA, W. B. Educação Inclusiva: será que sou a favor ou contra uma escola de qualidade para todos? Brasil. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. *Inclusão – Revista da Educação Especial*. Ano 1 – Nº 01 – Outubro de 2005, Brasília, DF: MEC, SEESP, 2003. (Saberes e práticas da Inclusão; 4) Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/index.php?option=content&task=view&id=64&Itemid=193>. Acesso em 12/09/2013.

IBGE. Censo Demográfico 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em 21 de outubro de 2013.

STRIEDER, R. A inclusão escolar e os desafios da aprendizagem. 2010. Disponível em http://www.utp.br/cadernos_de_pesquisa/pdfs/cad_pesq10/10_a_inclusao_cp10.pdf. Acesso em 11/10/2013.

VARGAS, R.V. Os desafios de incluir sem excluir. 2013. Disponível em: <http://www.revistaoprofessor.com.br/wordpress/?p=232>. Acesso em 20/12/2013.

APÉNDICE(S)

APÊNDICE A - Questionário para Estabelecimentos de Ensino Público/Estadual do Município de Goioerê.

Pesquisa para a Monografia da Especialização em Ensino de Ciências – EaD UTFPR, através do questionário, objetivando estudar a acessibilidade e a inclusão social de portadores de deficiência física (cadeirantes) nas escolas públicas/estaduais do município de Goioerê.

Local da Entrevista: _____
Data: _____

Parte 1: Perfil do Entrevistado

Função / Cargo: _____

Parte 2: Questões

1) A Escola/Colégio já recebeu ou recebe algum aluno portador de necessidades especiais (cadeirantes)?

- () Sim
() Não

2) Na sua opinião qual a principal dificuldade enfrentada ao receber um aluno portador de deficiência física:

- () falta de profissionais capacitados
() adaptação da estrutura física
() dificuldade de adaptação social entre os estudantes

3) Arquitetonicamente, a Escola/Colégio está apta a receber esses alunos oferecendo-os as mesmas condições dos demais estudantes?

- () sim
() não
() parcialmente

4) A Escola/Colégio recebe algum auxílio governamental (verba) para custear as adaptações arquitetônicas necessárias?

- () sim
() não
() parcialmente

5) As adaptações realizadas na Escola/Colégio já existentes foram feitas de acordo com as regras da ABNT ou da NBR 9050/2004?

- () sim
() não
() parcialmente

6) Quais ambientes são adaptados à portadores de necessidades especiais (cadeirantes) na Escola/Colégio?

- () Rampas de acesso

- Corredores alargados
- Portas Alargadas
- Sanitários (Barras de apoio, Bacia Sanitária e lavatório adaptados)
- Bibliotecas (Disposição das estantes e corredores)

7) A Escola/Colégio possui móveis adaptados a portadores de deficientes físicos (cadeirantes)?

- Sim
- Não
- Parcialmente

8) A Escola/Colégio disponibiliza equipe de apoio psicológico aos portadores de necessidades especiais?

- Sim
- Não
- Parcialmente

9) Os professores e a equipe pedagógica recebem algum tipo de preparação ou treinamento para receber de forma inclusiva os alunos com necessidades especiais em sala de aula?

- Sim
- Não
- Parcialmente

10) Há algum relato sobre o tema que você gostaria de aqui descrever?

- Sim

Por favor, descreva:

- Não

Muito obrigado por auxiliar na pesquisa!